

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO**Rádio Xiado
posiciona-se sobre
seu fechamento*
Cecom cobra presença
dos estudantes
nos conselhos

CAMPANHA SALARIAL

Decisão judicial sobre funcionários sai nesta quinta

O Tribunal Regional do Trabalho julga nesta quinta-feira, 28/4, o dissídio coletivo dos funcionários da PUC, que reivindicam reajuste pelo ICV-Dieese (7,66%) e readmissão dos demitidos pela Reitoria. A direção da universidade reconheceu o índice, mas propõe aplicá-lo somente em janeiro de 2006, e recusa-se a discutir o caso dos funcionários demitidos.

Nas duas primeiras audiên-

cias de conciliação não houve acordo entre as partes, o que obrigou a juíza Wilma Nogueira a marcar o julgamento da questão, contrariando pedido da Reitoria para que o dissídio fosse extinto.

Na segunda audiência, o professor Flávio Saraiva informou que a administração da universidade está fazendo levantamentos para descontar os dias parados dos funcionários em

greve. Tal decisão, porém, só poderá ser tomada caso haja determinação explícita da Justiça nesse sentido.

AAFAPUC está convidando os funcionários a comparecerem à Delegacia Regional do Trabalho (Rua da Consolação 1272, dia 28/3, 13h) para assistir ao julgamento. No dia 29/4, sexta-feira, às 14h, na sala 239, a decisão judicial será pauta de uma assembléia da categoria.

ASSEMBLÉIA

29/4 - sexta-feira**14h - sala 333**

JULGAMENTO DO DISSÍDIO

28/4 - quinta-feira**13h - DRT (Rua da Consolação, 1272)****FUNCIONÁRIOS**

Os 30 anos da CPT

Criada oficialmente em 1975, por iniciativa de vários bispos e padres, entre os quais Dom Hélder Câmara, a Comissão Pastoral da Terra completou em abril 30 anos de atividades. Está hoje organizada em quase todos os estados, conta com a participação de religiosos e de leigos; acompanha, assessora e apoia as lutas dos trabalhadores rurais, acampados, assentados e agricultores familiares. Defende a reforma agrária e denuncia a violência – quase sempre impune – contra os camponeses.

A CPT tem sido, em muitas regiões do País, a principal estrutura de solidariedade aos trabalhadores mais pobres e humildes. Muitos religiosos e militantes da CPT arriscam suas próprias vidas para defender as causas justas do povo. Vários integrantes da pastoral estão nas listas das pessoas marcadas para morrer, principalmente porque não se deixam intimidar pelas ameaças dos latifundiários, grileiros, madeireiros, jagunços e pistoleiros.

Em fevereiro deste ano, a missionária Dorothy Stang, de 73 anos, foi barbaramente assassinada em Anapu, no Pará, a mando de grandes grileiros das terras públicas naquele estado. Ela fazia parte da CPT de Anapu, que é coordenada pelo padre Amaro Lopes de Souza, também jurado de morte. A pastoral da terra tem oferecido ao povo e ao País valorosos lutadores, defensores dos direitos humanos, pessoas comprometidas com a vivência cristã, verdadeiros mártires.

Os documentos produzidos pela CPT têm sido valiosos registros, de um lado, dos conflitos e das violências ocorridos no campo; e, de outro, o registro das lutas, dos avanços, dos processos bem sucedidos de conquista da terra e de construção de comunidades mais solidárias, mais justas, mais fraternas e muito mais prósperas do que o Brasil da exclusão social, da exploração e da miséria.

Liderada pelo bispo Dom Tomás Balduino e integrada por valorosos companheiros e companheiras, a CPT cumpre um papel fundamental na luta por justiça social. Que a CPT tenha vida longa!

A Grande Marcha

Cerca de 10 mil integrantes dos movimentos Via Campesina, CPT, MST e Grito dos Excluídos, realizam em maio a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, de Goiânia até Brasília, uma distância de 210 quilômetros, durante a qual devem ocorrer inúmeras manifestações em defesa da reforma agrária e contra a atual política econômica do Governo Lula.

A marcha é uma forma pacífica de manifestação e protesto, tem o significado pedagógico de colocar o povo em movimento, que é o contrário de ficar parado esperando acontecer. Quem marcha tem um rumo e um objetivo. No caso, essa grande marcha tem por objetivo recolocar na ordem do dia a questão da reforma agrária – uma demanda urgente de milhares de famílias acampadas – e a construção de um modelo econômico que atenda as necessidades da maioria do povo brasileiro.

A marcha, portanto, não é só dos sem-terra. É de todos os que sonham por um Brasil melhor.

*Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.*

Cecom quer retorno dos estudantes aos conselhos

Em reunião realizada na terça-feira, 19/4, o Conselho Comunitário, ao avaliar a Semana de Recepção aos Calouros, trouxe à tona a discussão sobre a importância do diálogo com os estudantes.

A professora Celina Nasser, da Vice-Reitoria Comunitária, afirmou que as relações da Reitoria com os estudantes estão difíceis e esgarçadas. Para a professora, agora é um momento apropriado para tentar trazer a representação estudantil de volta às instâncias democráticas da PUC, já que a universidade passará por um amplo processo eleitoral nos conselhos.

A conselheira Elis Rodrigues, representante dos funcionários, lembrou que os estudantes participavam do Cecom no passado, e que deixaram de participar quando não houve entendimento com a Reitoria sobre a questão das festas no câmpus. Outro representante dos funcionários, João Carlos Pires, apontou que, enquanto a Reitoria fala em buscar o diálogo com os alunos, por outro lado proíbe as festas sem propor uma solução alternativa ao problema.

Histórico da participação

Desde a ocupação da Reitoria, em 2004 (com 20 dias de

duração e várias assembléias), o movimento estudantil havia decidido não mais ocupar suas cadeiras nos conselhos superiores, por considerá-los pouco democráticos. Atualmente, muitos centros acadêmicos estão discutindo se farão eleições para ocupar suas vagas ou não.

Semana dos Calouros

Os conselheiros avaliaram os resultados da Semana de Recepção aos Calouros 2005 nos três câmpus. Em Sorocaba a semana foi avaliada positivamente, apesar de alguns problemas com trotes. Na Marquês, a recepção foi feita apenas em dois dias, visando evitar o esvaziamento das atividades no restante da semana, e a avaliação também foi positiva. Já no câmpus Monte Alegre, foram bem avaliados os processos de planejamento e organização em conjunto com vários setores representativos, a captação de recursos, e todo o esforço das pessoas envolvidas. Porém, avaliou-se também que é preciso ter uma comissão permanente de recepção, feita a partir do Cecom, que trabalhe para construir uma mudança de cultura nas relações com a comunidade, onde o diálogo com os CAs e Atléticas deve ser prioridade.



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Ébano Piacentini.

Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Comalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3672-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afopuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - PUCviva na Internet: www.apropucsp.org.br.

A crise da PUC, a crise da esquerda e a comissão de professores da APROPUC

Carlos Eduardo Carvalho

Minha participação na assembléia de 29/3 deu no que falar, ou pelo menos no que escrever: fui citado (e espinafado) em quatro das sete páginas de texto do *PUCviva* n.º 524, com direito a foto na primeira página. Caramba! Nenhuma palavra, contudo, sobre a formação da comissão de professores, de confiança da APROPUC, para apresentar, em 30 ou 60 dias, um diagnóstico próprio da situação financeira da universidade.

A situação financeira da PUC é insustentável. Se os números da Reitoria estiverem corretos (e eu acredito que estão), haverá que se tomar medidas drásticas para cobrir um rombo próximo a R\$ 3 milhões mensais, mais de dois terços gerados por prejuízo operacional.

Os colegas ligados à diretoria da APROPUC insistem que os números não são confiáveis. Vamos então conferir. Como? Uma comissão de professores, de confiança da APROPUC, elabora um diagnóstico a partir das informações disponíveis. Pelo noticiário da página da APROPUC, a Reitoria respondeu que os dados disponíveis já são suficientes para o diagnóstico.

A APROPUC formará ou não a Comissão? A questão é decisiva. Não procurar esclarecer o que se passa é cruzar os braços diante do problema e torcer para que ele não exista. Porque se ele existir... se o déficit for esse mesmo... faremos o quê?

As discussões da assembléia de 29/3 surgiram deste desentendimento entre dois grupos de professores, entre duas formas de ver a realidade. Para muitos de nós, a situação é grave e exige decisões drásticas. Elas serão tomadas por alguém. Poderão ser muito injustas. Poderão ferir de morte o projeto acadê-

mico que anima a nossa universidade. É melhor que estas decisões sejam tomadas com nossa participação e, de preferência, sob direção de colegas de nossa confiança.

Dirão: não podemos participar da demissão e do corte de salários de trabalhadores! Concordo, se a PUC fosse uma empresa. Não é. Não há um grupo de pessoas que retira mensalmente da PUC um excedente, uma massa de mais-valia. A universidade na prática é autogestionada. Quem a dirige somos nós mesmos, professores e funcionários, eleitos por nós.

Por que a APROPUC não encara a responsabilidade de examinar as dificuldades financeiras e de discutir o que fazer? Aqui entra a crise da esquerda. A recusa de co-participar de um projeto que é coletivo, de reconhecer a natureza singular da PUC-SP neste momento, vem da velha dificuldade de analisar as situações concretas e assumir as responsabilidades frente a elas.

Não adianta colocar as coisas na PUC como conflito entre capital e trabalho, pois não há o capital neste caso. Se todas as instâncias são eleitas e são compostas pelas bases da APROPUC e da AFAPUC, o que é a "burocracia" universitária? São os departamentos? Quer dizer que eu me tornei burocracia por ser coordenador de um programa de pós-graduação? Deixei de ser professor?

Não encarar a crise é não assumir a responsabilidade de enfrentá-la. Na assembléia era patético ver os colegas reclamando da Reitoria. E por que nós não fazemos nossa parte? Se a Reitoria não mostra os números que queremos conhecer, por que não apontar quais são estes números? Por que não analisar os números já divulgados e apontar as insuficiências que existem? A conclusão é ridícula: se a autoridade não abre as informa-

ções, tudo que podemos fazer é lamentar e... acusar a autoridade!

Dessa eu estou fora, cuido eu mesmo de meu destino, assumo eu mesmo os riscos de zelar pela universidade, pelos alunos e pelo nosso projeto acadêmico. Não preciso que uma instância da universidade me autorize a fazer aquilo que é meu dever como docente.

O *PUCviva* me caluniou ao dizer que defendo demissões e cortes de salários. Não defendi corte de salários nem demissões. Defendi que devemos discutir soluções para a crise. A menos que apareça um "mecenas desinteressado" (alguém acredita que exista tal figura?), haverá demissões ou cortes de salários, ou ambas as coisas. Acontecerá não porque eu queira, mas porque não haverá dinheiro para pagar e não dá mais para aumentar mensalidades. Defendo que devemos participar das discussões sobre isso. Em conversa particular, dias atrás, dois diretores da APROPUC disseram que há professores que merecem ser demitidos. Por que então condenam em público toda e qualquer demissão?

A AFAPUC ameaça me processar, mas eu não disse que as associações eram coniventes com o acobertamento da corrupção na universidade. Disse, e repito: criou-se entre nós uma cultura de acomodação recíproca, de não assumir responsabilidades, de não encarar o projeto acadêmico da universidade como algo de todos nós.

Carlos Eduardo Carvalho é professor do Departamento de Economia, FEA - PUC-SP



A resposta do Coletivo Xiado

Um grupo de alunos, conscientes de que as ondas eletromagnéticas não pertencem a conglomerados privados nem ao Estado, mas à sociedade, constituiu um coletivo e passou a transmitir na frequência 90.1 FM, a partir do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, sob o nome de Rádio Xiado.

A limitada potência do transmissor utilizado impedia que a Rádio fosse captada para além da chamada "Curva do Rio". Mesmo assim, durante o recesso acadêmico pela morte do Papa, a Rádio teve sua antena retirada pela Reitoria da PUC-SP, que reagiu a um ofício enviado pela Anatel (a agência "reguladora" criada para garantir os interesses dos oligopólios privados do setor das comunicações).

O Centro Acadêmico de Ciências Sociais, gestão Palmares, recebeu no último dia 6 de abril uma notificação extrajudicial assinada pelo Prof. Dr. Flávio Mesquita Saraiva, Vice Reitor Administrativo da PUC-SP, que fala em "atividade clandestina" criminosa e alude a processos internos para apurar responsabilidade dos alunos envolvidos.

Ao aceitar sem mais as intimidações da Anatel, desconsiderando os critérios mais elementares de autonomia universitária, e ao tratar o caso da Rádio Xiado como um "caso de polícia", essa Vice-Reitoria legitima a violência, a arbitrariedade e a suspensão dos direitos, que caracterizam as ações recentes da Agência, marcadas pelas invasões, lacrações e prisões discricionárias. Além disso, desconsidera a importância de uma experiência radical em comunicação, que deveria ser melhor avaliada pela universidade, ao invés de prontamente desqualificada e criminalizada.

Segundo Armando Coelho Neto, autor da obra "Rádio Comunitária não é crime; direito de antena, o espectro eletromagnético como um bem difuso" (São Paulo, Ícone Editora, 2002, pág. 190), neste caso temos, de um lado, "a plena liberdade de expressão, o direito à informação, o direito de opinião e o de comunicar; de outro, a apropriação das ondas do ar, o arbítrio político na disciplina das concessões, o voluntarismo na interpretação das leis, a agressão permanente aos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos da coletividade".

Imaginava-se que esta nova gestão tivesse um pouco mais de sensibilidade para com as experiências alternativas em comunicação, mesmo as que questionam, na prática interna da PUC, os limites legais de um sistema clausrofóbico de comunicação. A universidade só tem a ganhar com elas. Entretanto, prevaleceu uma lógica oriunda da antiga gestão. Lembremo-nos que na calada das férias de 2004, foi montado um "Seminário de Valorização da Produção Cultural brasileira" no Tuca, organizado pela TV Globo e pela PUC-SP. Na ocasião, a PUC-SP aceitou o papel de figurante numa espécie de teledramaturgia pseudo-acadêmica. É legal uma universidade como a PUC celebrar parcerias desta natureza com a Rede Globo? Será que tal evento também não foi clandestino, já que, com exceção de alguns poucos professores convidados a dedo, a comunidade ficou de fora e não foi nem sequer avisada do evento? A parceria, ainda que pontual, também não mereceria medidas cabíveis?

O caso do fechamento da Rádio Xiado é grave porque revela a relação entre o direito e a violência, dentro do quadro que o filósofo italiano Giorgio Agamben chama de *Estado de Exceção* (a suspensão da lei e dos seus direitos). Ou será que vivemos um Estado de direito nesta universidade, com contratos desrespeitados, salários atrasados e falta de condições mínimas de trabalho em muitos setores?

O teor da notificação extrajudicial e a retirada da antena da Rádio Xiado caracterizam ações de violência e terror verbal inaceitáveis num ambiente onde deveria prevalecer o respeito pela pluralidade, pelas diferentes opiniões e pontos de vista, que interagem dentro da universidade. Se sabemos que a verdade não é definitiva, procure-se um acordo, escute-se os outros. "A verdade acontece no diálogo intersubjetivo", nos ensina Gianni Vattimo. Entretanto, ao invés de prestar auxílio jurídico imediato aos alunos, diante de um poder maior representado pelas garras da Anatel, a Reitoria acena com "processos internos" e demais ameaças intimidadoras, sem nem sequer ouvir as argumentações do coletivo que mantinha a Rádio no ar. O Coletivo Xiado teria

justificado, dentre outras coisas, os motivos pelos quais encontrou abrigo no Centro Acadêmico de Ciências Sociais, ainda que mantenha total autonomia em relação ao CACS.

Ao invés de se questionar sobre os motivos pelos quais alguns alunos resolveram "xiar" e montar uma Rádio livre, no âmbito de uma universidade que vem sistematicamente institucionalizando e centralizando os seus meios de comunicação, a Reitoria insiste no volume dos auto-falantes, que estariam se impondo "àqueles que precisam de algum silêncio porque vieram à universidade para estudar e/ou assistir aulas". Aqui também o coletivo Xiado não teve o direito de se defender para explicar que não referenda a utilização de auto-falantes. Além disso, lemos no mesmo *INFORME REITORIA PUC-SP N.º 13, de 7/4/2005*, que o nome Rádio Xiado "é apropriado, pois as transmissões têm causado interferências no sistema de telefonia dos setores acadêmicos próximos". É a versão da Reitoria para o mote "Rádios comunitárias derrubam aviões". Patético. "Se Rádio comunitária derrubasse aviões e afundasse navios o Saddam Hussein teria vencido a Guerra do Golfo", responderam em coro os usuários das Rádios comunitárias à campanha das grandes emissoras de Rádio do país, agora adaptada em versão *light* para uso interno na PUC.

Antes de valorar as forças que estão em jogo, envereda-se para o âmbito dos dogmas e das verdades absolutas. Será que desembarcamos definitivamente da PUC comunitária, solidária, resistente, ousada e criativa, e mergulhamos na liturgia dos "santos" ofícios?

Em tempo: o ofício da Anatel é de número 4095. Ncle, a agência afirma que ficou sabendo das transmissões da "autodenominada Rádio Xiado" pelo jornal semanal da APROPUC e da AFA-PUC, n.º 522, de 21/3/2005.

Coletivo Xiado

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Professores entregam reivindicações à Reitoria

A APROPUC enviou na semana passada à direção da universidade as deliberações de sua mais recente assembléia, realizada em 14/4. Os professores resolveram aguardar a definição do índice de recomposição salarial a ser acertado entre o Sindicato dos Professores (Sinpro)-SP e as entidades patronais.

Neste ano, o sindicato reivindica o reajuste pelo ICV-Dieese (7,66%). Nas mesas de negociação realizadas até agora, porém, o Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior) tem se recusado a discutir qualquer índice. Os representantes do patronato querem debater primeiro as cláusulas sociais, numa proposta que envolve a flexibilização de diversas conquistas referentes a hora-atividade, bolsas de estudo e plano de saúde, entre outros itens. A próxima rodada de negociação está marcada para esta terça-feira, 26/4.

Tão logo seja fechado um acordo entre as partes, a APROPUC deve convocar uma nova assembléia da categoria. Veja ao lado a íntegra das deliberações dos professores em 14/4.

O documento enviado pela APROPUC

– A Assembléia entendeu que a Reitoria não aceitou a proposta de “formação de uma Comissão de Professores, pela APROPUC, para acompanhar os trabalhos da Vice-Reitoria Administrativa, solicitando todas as informações que considerar necessárias, com o objetivo de elaborar um diagnóstico da situação da Universidade”.

– Encerrar as negociações internas com a Reitoria da Campanha Salarial de 2005.

– Aguardar a definição do índice de recomposição salarial/2005, referente ao Acordo Coletivo da Categoria, entre Sinpro-SP e Semesp. Quando a negociação da categoria for concluída, uma nova Assembléia será convocada para decidir que encaminhamentos serão adotados em relação aos salários dos professores da universidade.

– Solicitar que a Reitoria publique o reconhecimento do ICV-Dieese como índice de recomposição salarial a ser adotado pe-

los professores, bem como seu compromisso de aplicá-lo conforme sua proposta encaminhada para a categoria em 10/3/2005.

– Não aceitar o parcelamento de salários, bem como do 13.º salário. A Assembléia considera que os salários são um direito inalienável dos trabalhadores e devem ser pagos em dia.

– A Assembléia decidiu pela continuidade das negociações com a Reitoria na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), participando da mesa de negociação do dia 6/05/2005, tendo em vista a permanência do pagamento em atraso dos salários e a não-realização de um acordo referente à reposição das perdas ocasionadas pelo parcelamento dos salários dos professores.

A APROPUC vem solicitar uma reunião com a Reitoria para tratarmos acerca das deliberações acima expostas. Sugerimos que tal reunião se realize na semana de 25/04/05 a 29/04/05.

REFORMA AGRÁRIA

Marcha a Brasília deve reunir 10 mil pessoas

Começa no próximo domingo, 1º de maio, a Grande Marcha a Brasília, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Via Campesina, CPT e Grito dos Excluídos. A Marcha pretende reunir 10 mil pessoas, que caminharão de Goiânia ao Palácio do Planalto, protestando contra o atraso na implantação da reforma agrária, uma das promessas do presidente Lula,

e contra a atual política econômica do governo.

Durante 20 dias, manifestantes de 23 estados do Brasil marcharão denunciando as condições de pobreza e desigualdade em que vivem os trabalhadores do campo, a falta de democracia nos meios de comunicação, a prioridade de uma política econômica que privilegia o superávit primário e a alta dos ju-

ros, solidificando a concentração de renda no país.

No dia 17/5, a Marcha chega a Brasília, onde será realizada uma grande passeata para entregar aos três poderes essas demandas. APUC já tem participação garantida no ato: a aluna de Jornalismo Ana Maria Straube vai acompanhar toda a Marcha, que mais tarde será tema de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Rola na rampa

Reforma Sindical na Revista PUCviva

O número 23 da Revista *PUCviva* começa a ser distribuído aos professores nesta semana. O tema abordado na nova edição é a Reforma Sindical, analisada sob os mais diversos pontos de vista em 11 artigos redigidos por professores e líderes sindicais, totalizando mais de cem páginas. A publicação traz também a crônica *O jogo começa pelo resultado*, do professor Ricardo Melani, e o poema *Quatros quadros*, de Erson Martins.



Ato pede abertura de arquivos da ditadura

O ato *Desarquivando o Brasil* vai contar com a presença de diversos militantes que lutaram contra a ditadura, além de familiares de vítimas do regime militar, nesta quinta-feira, 28/4. Pela manhã, a partir das 9h, será exibido o documentário *15 Filhos*, com depoimentos de pessoas que passaram sua infância em meio à resistência de suas famílias à ditadura. A co-diretora Marta Nehring comentará o filme depois da exibição. Em seguida, haverá mais

depoimentos de vítimas e militantes. Às 19h, no Tucarena, nomes como o jurista Hélio Bicudo, o historiador Jacob Gorender, o sociólogo Marcelo Ridenti, a ex-guerrilheira do Araguaia Criméia de Almeida e o procurador Marlon Weichert vão debater a abertura dos arquivos da época. O evento foi organizado na PUC por CACS, Leão XIII, APG, Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder e Centro de Estudos da América Latina.

Dança e aula-show no Tuca

A companhia de dança alemã *DINA 13 Tanzcompany* apresenta no Tuca nesta semana o espetáculo *Via sem regra*. Parte do elenco é formada por portadores de necessidades especiais, inclusive brasileiros. A apresentação acontece na quin-

ta-feira, 28/4, às 21h, no Tuca, com entrada franca. Já no projeto *Letra e música – conversas sobre a canção*, a cantora Ná Ozzetti e o pianista André Mehmar darão uma aula-show no Tucarena nesta terça-feira, 26/4, às 21h. Os ingressos custam R\$ 20.

Comissão inicia debate sobre política de bolsas na PUC

Na primeira reunião da comissão formada para discutir a política de bolsas da universidade, decidiu-se solicitar ao Conselho Comunitário que dois representantes dos CAs sejam incluídos no grupo. Atualmente a comissão é formada por dois professores, dois funcionários, uma representante da Reitoria e dois estudantes – todos indicados pelo próprio Cecom. Os trabalhos são coordenados pela professora Célia Forghieri, responsável pelo Expediente Comunitário. Na reunião, Célia destacou que o forne-

cimento de informações sobre bolsas aos alunos deve ser melhorado. A professora reconheceu também que o FIES e a bolsa restituível da PUC não são propriamente bolsas, mas empréstimos, e considerou importante que isso seja ressaltado publicamente. A professora afirmou que a comissão foi criada a pedido da reitora Maura Vêras porque a atual política de bolsas não atende mais à demanda da universidade. A comissão vai se reunir toda terça-feira, das 17 às 18h30, na sala P-65.

Política espanhola em debate

O professor espanhol Victor Sampedro Blanco vem à PUC em dois dias nesta semana para debater a política de seu país. Serão três palestras, sempre no auditório superior do Tuca: *Opinião pública na Espanha* (quarta-feira, 14h); *Democracia e eleições na Espanha* (sexta-feira, 9h); *Movimentos de resistência e oposições na Espanha* (sexta-feira, 14h). A organização é do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp).

FEA e Direito terão alunos nos conselhos

Os centros acadêmicos Leão XIII (FEA) e 22 de Agosto (Direito) vão escolher nesta semana os representantes discentes das duas faculdades em cinco colegiados da universidade: Consun, Cepe, CAF, Cecom e o próprio Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas. A votação deve acontecer durante esta semana. A data será definida pela comissão eleitoral formada pelos estudantes já nesta segunda-feira, 25/4.

Vacine-se contra a gripe na PUC

Na próxima semana, começa nos quatro câmpus da universidade uma campanha de vacinação contra a gripe. Neste ano, a vacina será gratuita para professores e funcionários associados à APROPUC e à AFAPUC. Para não-associados, o custo é de R\$ 6,60. Alunos da PUC e dependentes dos trabalhadores da casa pagam o mesmo que a comunidade externa: R\$ 22. Confira os locais de vacinação em cada câmpus na próxima edição do *PUCviva*.